Reduzir o imposto do cigarro

CNS recomenda que Ministério da Justiça revogue portaria que cria GT para redução do imposto sobre cigarros

No dia 23 de março deste ano, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) publicou a Portaria nº 263, que implementa um Grupo de Trabalho (GT) com objetivo de “avaliar a conveniência e oportunidade da redução da tributação de cigarros fabricados no Brasil”. O Conselho Nacional de Saúde (CNS) se posicionou contra a medida, pois entende que reduzir impostos para a indústria de cigarros no Brasil incentiva o avanço do tabagismo, causando agravos à saúde da população, além de inúmeras despesas ao Sistema Único de Saúde (SUS).

O MJSP foi convidado ao debate realizado durante Reunião Ordinária do CNS. Porém, em ofício, respondeu que só irá se manifestar após a constituição do GT. De acordo com o documento do MJSP, “o principal objetivo da formação do grupo de trabalho é prevenir danos à saúde pública decorrentes do aumento do consumo de cigarros estrangeiros de baixa qualidade”. Porém, segundo Neilton Araújo, conselheiro nacional de saúde re-

presentante do Ministério da Saúde, reduzir impostos para cigarros “é gerar lucro às custas de adoecimento e morte”.

O ministro da saúde Luiz Henrique Mandetta, durante audiência no Senado, também manifestou preocupação. “Pode aumentar consumo, sim, e ser um problema para a saúde básica”, disse. Paula Johns, diretora geral da Aliança de Controle do Tabagismo, participou da R.O. Ela afirmou que “reduzir o imposto não é a melhor forma de combater o contrabando” e que “não há cigarro de melhor ou pior qualidade”, reafirmando que todos são prejudiciais à saúde.

O ex-ministro da saúde José Agenor Álvares da Silva também participou da reunião do CNS. Segundo ele, “o segmento de cigarros quer passar por cima de qualquer obstáculo que prejudique seus negócios”. Ele citou o Programa Nacional de Controle do Tabagismo (PNCT), criado em 1980 como referência que até hoje traz resultados na redução do consumo.

O conselheiro André Luiz de

Oliveira, médico e representante da Confederação dos Bispos do Brasil (CNBB), afirmou que “a portaria gera um convite às novas gerações como se o tabagismo não fosse maléfico”. A conselheira Laís Alves Bonilha, da Associação Brasileira de Ensino em Fisioterapia (Abenfisio), explica que “não se trata de restringir a liberdade, mas de orientar melhor as pessoas”. Segundo ela, que atuava com reabilitação pulmonar no Ambulatório de Tabagismo do Hospital Universitário do Mato Grosso do Sul, boa parte dos pacientes tabagistas gostaria de ter sido esclarecida antes do agravo.

A conselheira Conceição Silva, representante da União de Negros e Negras pela Igualdade (Unegro) também reiterou que a portaria é “um incentivo à população para o consumo”. Geordeci Menezes de Souza, representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), disse que “as corporações não podem dar a linha de atuação no governo” e que “a vida das pessoas não pode ficar em segundo plano”.